

A ESCOLA DO CAMPO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES NA PERSPECTIVA DO PROGRAMA FORMAÇÃO DE EDUCADORES DO CAMPO – FORMACAMPO

THE RURAL SCHOOL AND THE TRAINING OF TEACHERS IN THE PERSPECTIVE OF THE RURAL EDUCATORS TRAINING PROGRAM – FORMACAMPO

LA ESCUELA RURAL Y FORMACIÓN DE LOS MAESTROS EN LA PERSPECTIVA DEL PROGRAMA DE FORMACIÓN DE EDUCADORES RURALES – FORMACAMPO

Igor Tairone Ramos dos Santos¹ 0000-0003-1796-2401
Josimário Marques dos Santos² 0000-0002-1011-498X
Núbia Santana de Jesus³ 0009-0001-1996-2045

¹Universidade Federal da Bahia – Salvador, Bahia, Brasil;
ramosdossantosigortairone@gmail.com

²Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Amargosa, Bahia, Brasil;
jo_mario20@hotmail.com

³Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – Amargosa, Bahia, Brasil;
nubiaservir@gmail.com

RESUMO:

Este artigo tem como objetivo discutir a formação continuada de professores pelo Programa Formação de Educadores do Campo, realizado entre junho e dezembro de 2021, com foco na análise centrada no município de Laje, no estado da Bahia. A metodologia utilizada baseou-se em uma abordagem qualitativa e revisão de literatura, fundamentada em referências de autores como Caldart (2009, 2020), Souza (2021) e Gatti (2010). Os resultados da pesquisa revelaram que a formação do professor tem se mostrado um dos caminhos para transformar a educação dos camponeses, proporcionando aperfeiçoamento e garantia de qualidade ao profissional da área. Nesse contexto, o programa FORMACAMPO possibilitou a extensão universitária em diversos municípios da Bahia, contribuindo significativamente para o desenvolvimento e a compreensão dos professores sobre o projeto da Educação do Campo, além de promover melhorias na qualidade da educação. Enfatiza-se também a importância de um olhar atento às políticas públicas educacionais, buscando uma formação que aponte para novos caminhos e reconheça a distinção entre a educação do campo e a educação rural. Com base nos estudos dos autores citados, o artigo defende a necessidade de políticas educacionais diferenciadas, que considerem as especificidades e particularidades do ensino nas áreas do campo, visando aprimorar o sistema educacional nessas regiões.

Palavras-chave: educação do campo; políticas públicas; formação de professores.

ABSTRACT:

This article aims to discuss the continuing education of teachers through the "Educators of the Countryside" Program, carried out between June and December 2021, with a focus on an analysis centered in the municipality of Laje, in the state of Bahia, Brazil. The methodology used was based on a qualitative approach and literature review, with references from authors such as Caldart (2009, 2020), Souza (2021), and Gatti (2010). The research results revealed that teacher training has proven to be one of the pathways to transform rural education, providing improvement and ensuring quality in the professional field. In this context, the

FORMACAMPO program enabled university extension in several municipalities of Bahia, significantly contributing to the development and understanding of teachers regarding the Rural Education project, as well as promoting improvements in education quality. Emphasizing the importance of a vigilant eye on educational public policies, aiming for a training that points towards new paths and recognizes the distinction between countryside education and rural education. Based on the studies of the mentioned authors, the article advocates for differentiated educational policies that consider the specificities and particularities of teaching in rural areas.

Keywords: rural education; public policies; teacher training.

RESUMEN:

Este artículo tiene como objetivo discutir la formación continua de profesores a través del Programa "Educadores del Campo", realizado entre junio y diciembre de 2021, con un enfoque en un análisis centrado en el municipio de Laje, en el estado de Bahía, Brasil. La metodología utilizada se basó en un enfoque cualitativo y revisión de literatura, con referencias de autores como Caldart (2009, 2020), Souza (2021) y Gatti (2010). Los resultados de la investigación revelaron que la formación del profesorado se ha mostrado como uno de los caminos para transformar la educación de los campesinos, proporcionando mejora y garantizando calidad en el ámbito profesional. En este contexto, el programa FORMACAMPO permitió la extensión universitaria en varios municipios de Bahía, contribuyendo significativamente al desarrollo y comprensión de los profesores con respecto al proyecto de Educación del Campo, así como promoviendo mejoras en la calidad de la educación. Se enfatiza también la importancia de una mirada atenta a las políticas públicas educativas, buscando una formación que apunte hacia nuevos caminos y que reconozca la distinción entre la educación del campo y la educación rural. Basándose en los estudios de los autores mencionados, el artículo aboga por políticas educativas diferenciadas que consideren las especificidades y particularidades de la enseñanza en áreas rurales.

Palabras clave: educación del campo; políticas públicas; formación de profesores.

Introdução

O presente trabalho discute a formação continuada realizada pelo Programa Formação de Educadores do Campo – FORMACAMPO idealizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade – GEPEMDECC, que tem como função desenvolver atividades ligadas ao ensino pesquisa e extensão. No contexto da extensão, seu principal objetivo é realizar atividades de formação continuada dos profissionais que atuam na Educação do Campo em escolas dos municípios dos territórios de identidade situados na área de abrangência da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB).

O termo Educação do Campo nasceu a partir da discussão do seminário nacional realizado em Brasília em 2002. Esse termo é resultado da tomada de posição dos trabalhadores do campo, nos seus diversos movimentos sociais camponeses, em contraposição à lógica da Educação Rural que se baseia no modelo agroexportador, que trabalha para a modernização do campo e privilegia o grande capital, desconsiderando o trabalho realizado pela agricultura

familiar, expulsando-o de suas terras e se apropriando dela para a expansão do agronegócio. Dessa forma, contribui para a expansão do latifúndio e o consumo excessivo de agrotóxicos, além de capacitar a classe trabalhadores para lidar com insumos e máquinas, bem como a tecnologia para aumentar as suas produções.

A Educação Rural tem sua origem no pensamento latifundista empresarial, sendo uma forma de controle político sobre a terra e as pessoas que nela vivem, não é pensada pelos povos do campo, é elaborada sem sua participação. Seus idealizadores veem o campo apenas como espaço de produção e seus sujeitos apenas como produtores, e não como protagonistas (SOUZA, 2020, p. 52).

Diante deste cenário, a Educação Rural negligencia a educação que atende os interesses dos camponeses. Assim, a Educação do Campo se define a como um fenômeno da realidade e como uma crítica ao modelo educacional rural. E na sua prática, ela se materializa nas lutas sociais pelo direito à educação pautada na realidade dos sujeitos, na luta pela terra, trabalho, igualdade social, ou seja, qualidade de vida digna para todos.

A Educação do Campo surgiu em um determinado momento e contexto histórico e não pode ser compreendida em si mesma, ou apenas desde o mundo da educação ou desde os parâmetros teóricos da pedagogia. Ela é um movimento real de combate ao ‘atual estado de coisas’: movimento prático, de objetivos ou fins práticos, de ferramentas práticas, que expressa e produz concepções teóricas, críticas a determinadas visões de educação, de política de educação, de projetos de campo e de país (CALDART, 2009, p. 40)

Nesse sentido, a formação do professor do campo é um dos caminhos para o exercício da transformação por meio da teoria e a prática. A formação continuada possibilita ao profissional aperfeiçoamento e garantia de qualidade da educação, sabendo que não há política pública direcionada à formação educacional que não haja a participação do Estado. A Educação do Campo é constituída da ação dos movimentos sociais que ajudam a tensionar as más condições de existência da educação, frente ao Estado que é o responsável pelas políticas específicas para a população.

Nesta perspectiva, o FOMACAMPO se deu como uma ação transformadora da escola do campo nos territórios baianos por meio de realização de cursos extensão no formato de transmissões virtuais formativas e minicursos pela plataforma digital *Youtube*. Nestas atividades foram tratados diversos temas de relevância para a construção de Educação do Campo, sendo: fundamentos da educação do campo, projeto político pedagógico (PPP) em escolas do campo; A Educação de Jovens e Adultos EJA no PPP da escola do campo; o currículo e a educação do campo no PPP; educação para os ribeirinhos, educação escolar quilombola e

PPP; Classes multisseriadas e PPP; educação para assentados e acampados de áreas dos movimentos sociais e PPP e o PPP e o papel dos gestores.

Estas atividades formativas tiveram como público os professores, coordenadores e diretores de escolas localizada no território camponês, bem como as escolas da cidade que recebem o aluno do campo, fomentando a importância das práticas pedagógicas voltadas para os princípios da Educação do Campo.

Para Caldart (2009, p. 30), “é preciso pensar a escola sim, e com prioridade, mas sempre em perspectiva, para que se possa transformá-la profundamente, na direção de um projeto educativo vinculado a práticas sociais emancipatórias mais radicais”, para que assim a educação comprometida com a transformação social “tenha como ponto de partida a superação da realidade que vivenciamos, nos posicionamos esperançosos e não adeptos ao discurso acomodado” (FREIRE, 1996, p. 74)

Nesse sentido, a formação do educador do campo se faz necessária para promover a consciência do contexto social para a transformação da realidade por meio de práticas e alternativas metodológicas e dialética. Para isso, o educador deve conhecer e respeitar as especificidades do campo, para assim valorizar os saberes, a cultura e a trajetória de vida dos camponeses, e desta forma, é necessário que o educador compreenda as condições sociais dos sujeitos para que sejam construídas práticas didáticas pedagógicas para transformação da realidade.

A Educação do Campo e a Formação de Professores

A Educação do Campo é destinada aos trabalhadores rurais que questionam as condições educacionais impostas pelo grande capital e estão preocupados com a forma como a formação dos professores tem sido conduzida, o que acarreta em más condições de vida no campo.

Para alcançar esse objetivo, é fundamental compreender que a educação desempenha um papel crucial na construção do desenvolvimento sustentável das pessoas, garantindo que a vida em sua totalidade seja respeitada em suas diversas realidades sociais, culturais e geográficas no campo. Nessa perspectiva, torna-se essencial a construção de políticas públicas de formação de professores, especialmente para aqueles que trabalham voltados para o campo e que estejam em sintonia com as condições sociais dos seus alunos. Conforme destacado por Luna e Rocha (2009, p.20), “elaboração e implantação de política pública tem sido uma

bandeira de luta, mas também um processo de formação e qualificação da ação em prol de uma educação pública gratuita e acessível a todos”.

Importante salientar que, na concepção de Bobbio (2002 apud SOUZA, 2020 p.37), política é uma "atividade humana ligada à obtenção e manutenção dos recursos necessários para o exercício do poder sobre o homem". No entanto, segundo Rua (1998), a política envolve procedimentos que expressam relações de poder e visam resolver conflitos relacionados aos bens públicos, muitas vezes recorrendo ao poder coercitivo para lidar com os problemas sociais.

No contexto da Educação do Campo, a política representa um espaço de correlação de forças, uma vez que o Estado é responsável pelas ações que garantem as condições de sobrevivência da sua população, mas frequentemente não atende aos interesses da classe trabalhadora. No entanto, os Movimentos Sociais assumem o protagonismo na Educação do Campo, atuando como mobilizadores junto ao Estado para construir ações que reflitam a realidade do campo e que estejam relacionadas à pedagogia do movimento, ao estado e às políticas públicas.

A Educação do campo se construiu pela passagem da política produzida nos movimentos sociais para o pensar/pressionar pelo direito do conjunto dos camponeses ou dos trabalhadores do campo. Isso implicou um envolvimento mais direto com o Estado na disputa pela formulação de políticas públicas específicas para o campo, necessárias para compensar a histórica discriminação e exclusão desta população do acesso a políticas de educação, como a tantas outras. (CALDART, 2009, p. 51)

Nesta perspectiva, as ações materializadas para o desenvolvimento da Educação do Campo ocorrem de diversas formas, entre elas, a de formação de professores por meio de graduação, especialização e cursos de extensão nas universidades públicas. A formação de professores do campo tem sido constituída no contexto dos princípios da Educação do Campo e dos movimentos sociais, que inauguram um novo olhar sobre a história a formação docente para uma educação do/no campo para que tem como proposta um outro projeto de país. (ARROYO, 2012, p. 359).

Destarte, “A educação compreende todos os processos sociais de formação da pessoa como sujeito de seu próprio destino nesse sentido, a educação tem a ver com a cultura com os valores com o jeito de produzir com a formação para o trabalho e a participação social” (KOLLING; CERIOLI; CALDART, 2002, p. 19). Assim, a escola deve ser um espaço que proporcione aos seus sujeitos formação sociocultural, teórica sem perder de vista a concepção de pessoas humanas que vivem e se relacionam com outros sujeitos.

Nesse sentido, o ato de educar não pode ser concebido sob uma concepção bancária, que visa o homem somente com um ser empregável, subserviente e ordeiro. Para a Educação do Campo o homem é um indivíduo autônomo. “Essa concepção, reconhece a educação como prática social, em sua forma mais radical, permite ao estudante transcender ao imediato, a sair da categoria objeto para se tornar sujeito histórico” (CANAM, 2015, p. 38).

Desta forma, o professor precisa ser aquele que media o conhecimento para que o homem se torne construtor da sua própria história e construtor da sociedade com princípios humanizados. “Se o educador tiver consciência sobre as finalidades do ensino, das práticas pedagógicas e dos conteúdos a ministrar. Interligar o que se ensina à realidade dos estudantes é fundamental para que eles comecem a se envolver com os estudos, despertando a curiosidade epistemológica” (*idem*, p. 39).

Porém, é preciso tratar os paradigmas da educação bancária, que é idealizado pelo poder dominante que se apropria da educação e das suas políticas de formação para a dominação da sociedade. Esta ação se dá sobretudo na formação docente, pois o professor é o responsável pela mediação do conhecimento que nem sempre é conduzido pela crítica e a problematização da realidade no qual tanto ele como seus alunos estão envolvidos.

Educação do Campo traz uma epistemologia que entra em conflito com as tendências e concepções que têm embalado as políticas educacionais no Brasil, principalmente aquelas que orientam oficialmente a formação docente e a organização do trabalho pedagógico nas escolas, por estarem alicerçadas pela lógica neoliberal. (MOURA; SANTOS; SOUZA, 2021, p. 88)

Os desafios acerca da formação de professores na perspectiva progressista no Brasil são históricos e as políticas de formação tendem a ser atravessadas pelos interesses do capital, ou seja, a educação tem se pautado não para formação integral dos sujeitos, mas para que ele atenda os interesses do mercado. No entanto, faz parte da pedagogia do movimento questionar a realidade, e propor uma educação que não esteja a serviço e da lógica capitalista para ser um projeto de concepção que inclua as demandas reais da educação brasileira.

As políticas públicas de formação docente pelo Estado brasileiro têm sido desenvolvidas tardiamente e no formato fragmentado e precarizado. Ademais, a formação de professores no Brasil tem catalogado e encarado as mazelas, que mesmo com investidas de políticas públicas não tem sido capaz superar tais como: dicotomia entre teoria e prática; ausência de articulação com as demandas do cotidiano da profissão; falta de articulação entre a formação e o chão das escolas da Educação Básica (MOURA; SANTOS; SOUZA, 2021, p. 90).

A formação de professores tem assumido uma centralidade na contemporaneidade em virtude da sua importância ante as exigências que são colocadas à Educação Básica de crianças e adolescentes na sociedade. Contudo, apesar dessa importância, historicamente as propostas e políticas de formação de professores no Brasil ainda não têm conseguido dar conta da formação de um profissional que dê conta das questões colocadas pela contemporaneidade (GATTI, 2009, p. 217)

A Educação do Campo é um projeto em construção sem se distanciar do movimento da realidade, desta forma, na formação de professores não se mexeu ainda nas questões estruturais no que tange à formação. É notória a fragmentação entre os conteúdos científicos e os conteúdos pedagógicos e a relação entre a teoria e prática articulada a realidade da escola do campo.

A formação dos professores exige uma verdadeira revolução nas instituições de formação, passando pela transformação na base por meio do currículo, do Projeto Político Pedagógico – PPP e dos cursos de formação para que sejam atendidas as especificidades do campo. Para que exista também as mudanças necessárias no chão da escola “A formação de professores não pode ser pensada a partir das ciências e seus diversos campos disciplinares, como adendo destas áreas, mas a partir da função social própria à escolarização” (GATTI, 2010, p. 1375)

Para Arroyo (2007), é necessário superar a concepção de formação de professores no formato tradicional, assim como é preciso pensar os processos educativos para formar os sujeitos capazes de fazer a leitura do mundo no contexto paradigmático da Educação do Campo. Portanto, o PPP da Educação do Campo deve apontar para uma reflexão sobre o “perfil” do professor para assumir a função mediador do ensino-aprendizagem dos sujeitos do campo.

A Educação do Campo apresenta princípios para refletir sobre a importância da dimensão formativa dos docentes do campo, respondendo especialmente pela diversidade que o campo expressa e ao mesmo tempo o questionamento aos modelos de formação legitimados. “O reconhecimento da diversidade não enfraquece, e sim fortalece os princípios em que se assenta a construção teórica da educação do campo e do projeto campo e sociedade” (ARROYO, 2012, p. 230).

Desta forma, formação docente do campo reveste-se de uma grande importância, pois possibilita a desconstrução negativista desempenho escolar dos alunos de distintos universos culturais e também a construção de práticas pedagógicas que coincidam em atitudes positivas para o enfrentamento do fracasso escolar dos alunos. É importante também buscar a superação das representações do homem camponês da condição de “atrasado”, “jeca tatu”, “tabaréu”, que são expressões pejorativas na referência ao homem do campo, bem como superar a lógica de

que os estudos, o ensino, a aprendizagem e a estrutura física da escola sejam inferiores aos estudantes da cidade.

A formação dos professores do campo no município de Laje

A Educação do Campo tem sua história marcada por conflitos entre as imposições do capitalismo, que na educação se dão pelo viés negativista e negligente, assim povos camponeses são tratados como inferiores subalternizados. No entanto, os trabalhadores organizados nos seus movimentos sociais tem se colocado em uma posição de contraposição à esta realidade denunciando suas más condições de existência, resistindo e lutando por práticas e ações concretas para a superação da opressão e construção da transformação social a partir da sua realidade, pois “o povo tem direito de ser educado no lugar onde vive, o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais” (CALDART, 2008, p. 18).

A Educação do Campo surgiu para colocar o homem e a mulher camponesa como protagonistas, apontado que o seu território de sobrevivência não pode ser um lugar de negócio, exploração dos recursos naturais, e do próprio homem. Vale destacar, que a lógica do agronegócio é expulsar os camponeses de suas propriedades e apropriar-se de suas terras, pois, para eles, a terra é instrumento de comercialização. No entanto, a luta do movimento da Educação do Campo se fundamenta no direito à vida de forma coletiva.

A Educação é um pilar fundamental para o combate a repressão e a transformação da realidade. No que tange a Educação do Campo, os movimentos sociais são fundamentais para a construção do debate e ações que os assegurem na garantia deste direito como a Lei de Diretrizes e Bases (9.394/96), trazendo adequação para o meio rural.

O processo de regulamentação é um passo decisivo para promoção das políticas pública. Estas, por sua vez, tendem a promover a materialização das demandas levantadas ao longo de um determinado período e disputado na cena política. É por meio das políticas públicas que se [...] traduzem formas de agir do Estado, mediante programas que objetivam da materialidade aos direitos constitucionais. (MOLINA, 2012, p. 586)

Assim, a efetivação das políticas de formação de professores para Educação do Campo tem acontecido de diversas formas nas universidades públicas por meio cursos de licenciatura, Pós-Graduação e extensão, bem como a efetivação das Diretrizes Operacionais para Educação Básica nas Escolas Campo, as resoluções CNE/CEB n° 1/2002, resolução CNE/CEB n° 2/2008,

o parecer do CNE/CEB nº 1/2006, a resolução CNE/CEB nº 4/2010. Decreto 7.352/2010, as quais elevaram a Educação do Campo à condição de política de Estado (BRASIL, 2002; 2006; 2008; 2010).

Também o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera) e a extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e outras políticas. Embora seja possível perceber, historicamente, a falta de investimento que atenda a realidade da educação, e mais especificamente do campo, também a perda de direito dos trabalhadores, o avanço do neoliberalismo nas políticas educacionais

Também é importante destacar o decreto nº 7.352, de 4 de novembro de 2010, que regulamenta a Política Nacional de Educação do Campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera), assim como a extinta Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) e outras políticas educacionais. Historicamente, tem sido perceptível a falta de investimento adequado para atender às necessidades da educação, especialmente no contexto rural, resultando na perda de direitos dos trabalhadores e no avanço do neoliberalismo nas políticas educacionais.

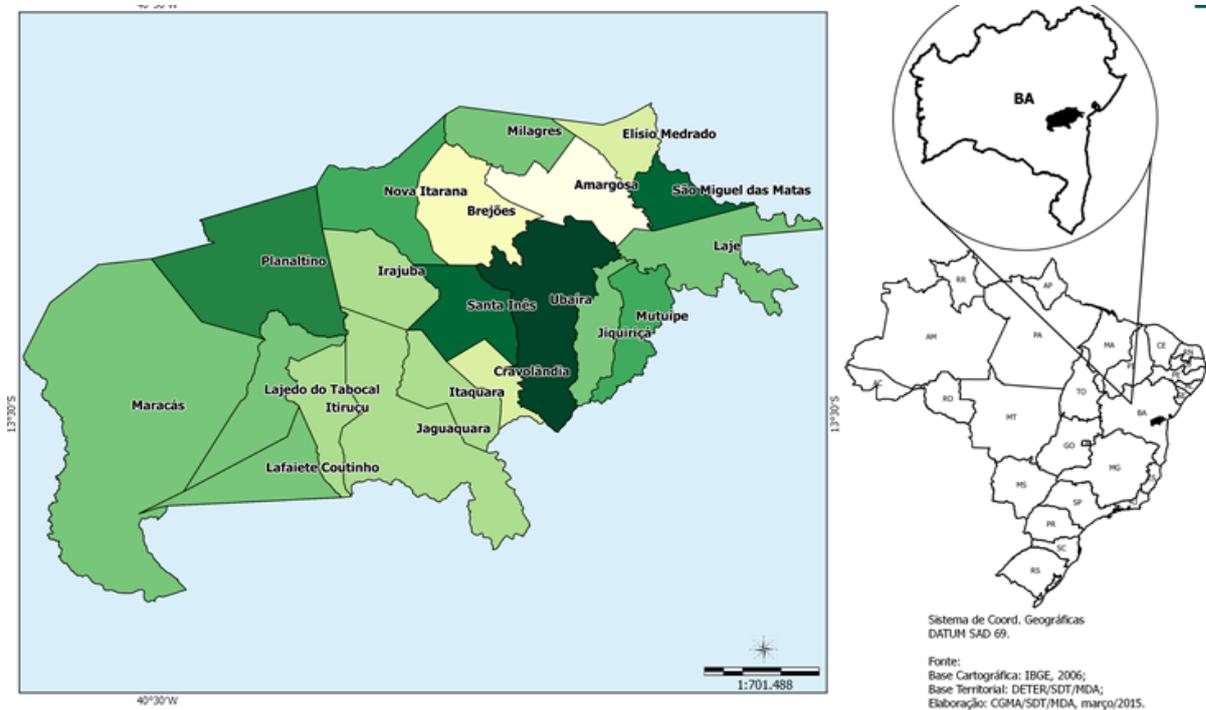
Neste cenário, o programa FORMACAMPO destaca-se como uma ação específica voltada para a formação de professores que desenvolvem práticas pedagógicas nas escolas do campo, incluindo o território do Vale do Jequiriçá, mais precisamente no município de Laje. Segundo Santos (2022), os objetivos do programa incluem proporcionar formação para os profissionais que atuam na educação básica, bem como nos cursos de graduação e pós-graduação da UESB, com foco na educação do campo. O intuito é viabilizar, na prática, os conhecimentos discutidos no currículo dos cursos de origem, integrando o ensino, pesquisa e extensão, e culminando na construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas em que os participantes estão envolvidos.

O FORMACAMPO teve origem a partir de um projeto de pesquisa denominado "As políticas educacionais do PAR em escolas do campo na Bahia (2015-2018)", conduzido pelo grupo de pesquisa GPEMDECC vinculado à UESB. Esse projeto identificou a necessidade de formação para os professores que atuam no campo, considerando que nacionalmente mais de 50% desses docentes não possuem graduação e mais de 80% não participam de formações continuadas no âmbito da educação do campo nas esferas municipais e estaduais.

O estado da Bahia é composto por 27 territórios de identidade, delimitados por critérios econômicos, ambientais, culturais, entre outros. O Vale do Jiquiriçá está localizado na região

Centro-Sul da Bahia e é composto por 20 municípios, conforme o mapa abaixo. Sua área territorial abrange 10.287,07 Km², com uma população total de 174.633 habitantes, dos quais 127.049 habitantes residem em áreas rurais, totalizando 301.682 habitantes.

Figura 01: Mapa do território do Vale do Jequiçá



Fonte: Perfil territorial (2015)

De acordo com Santos (2017), no Vale do Jiquiriçá, há estudos que abordam a Educação do Campo e as Questões Agrárias e Desenvolvimento Territorial. Essas pesquisas destacam a realidade de alguns municípios da região, abordando diferentes perspectivas encontradas em várias fontes. É importante notar que existem muitas produções, especialmente na área educacional, que são baseadas no contexto de alguns municípios específicos.

Vale ressaltar que nesse território está situada uma universidade, localizada no município de Amargosa, que oferece o curso de Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias, bem como o mestrado profissional em educação do campo, formando profissionais para atuar na educação rural. O programa FORMACAMPO tem sido um importante fator para enfatizar a necessidade de uma educação contextualizada para os povos dessa região e também para impulsionar o comprometimento dos gestores da educação, como demonstrado no Quadro 01:

Quadro 01: Dados dos participantes do FORMACAMPO no vale do Jiquiriçá

Territórios de Identidade	Municípios que participaram	No de Munic.	Quant.de Inscritos	Quant de escolas
Vale do Jiquiriçá	Brejões, Cravolândia, Irajuba, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Lafayette Coutinho, Laje, Lajedo do Tabocal, Maracás, Milagres, Mutuípe, Nova Itarana, Planaltino, Santa Inês, São Miguel das Matas, Ubaíra	18	735	157

Fonte: Relatório Técnico Programa de Formação (2022).

O município de Laje, localizado no referido território, faz divisa com os municípios de Mutuípe, Ubaíra e Jiquiriçá, situados na região Oeste; Amargosa e São Miguel das Matas, na região Norte; Santo Antônio de Jesus, Aratuípe e Jaguaripe, localizados ao Leste; e Valença, localizado ao Sul. De acordo com os dados do IBGE (2021), Laje possui uma população estimada em 24.214 habitantes, sendo que em 2010, 6.080 habitantes residiam na área urbana e 16.121 habitantes na zona rural. Como é possível observar nos dados do IBGE, a maior parte da população do município está na zona rural, onde também se concentra o maior número de escolas.

Atualmente, no município, há 19 escolas em funcionamento no campo e 04 creches, sendo que uma delas está situada em uma vila chamada Engenheiro Pontes. As escolas do campo estão divididas em Núcleos, identificados como I, II e III, cada um administrado por um diretor, um coordenador, uma secretária e um auxiliar administrativo. Esses núcleos atendem alunos das séries iniciais. Os professores que atuam nessas escolas são funcionários efetivos, selecionados por meio de processos seletivos e alguns em regime de contratos. No contexto das escolas do campo, estão presentes as classes multisseriadas, que são encontradas em todos os núcleos e garantem o direito à educação e a permanência das escolas do campo, conforme indicado no Quadro 02:

Quadro 02: Quantitativos de alunos dos núcleos I, II e III

Núcleo	Quantidade de professores	Quantidade de alunos	Quantidade de escolas	Quantidade de Classes multisseriadas
I	15	363	7	7
II	11	250	7	5
III	17	371	5	3
Total	43	984	19	15

Fonte: elaborado pelos autores.

No município de Laje, além das escolas que compõem os núcleos, existem as escolas nucleadas nos povoados de Vila de Engenheiro Pontes, Cruzeiro e Entroncamento de Laje. Essas escolas atendem os alunos do Ensino Fundamental II que residem nas comunidades próximas a esses povoados. Também há escolas dos municípios que atendem alunos oriundos do campo, sendo definidas como "escolas situadas em área rural, conforme definida pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou aquelas situadas em área urbana, desde que atendam predominantemente a populações do campo" (BRASIL, 2010, p. 1).

No município de Laje, a maioria das escolas está localizada no campo, onde reside a maior parte da população. Nessas escolas, já existem discussões acerca do projeto Educação do Campo, realizadas por estudantes da Licenciatura em Educação do Campo - Ciências Agrárias, vinculada à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB, que está situada no território do Vale do Jequiariá. Parte desses estudantes atua nas escolas com o apoio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Residência Pedagógica¹, bem como do programa de formação continuada Escola da Terra. Recentemente, no contexto do programa FORMACAMPO, foi possível oferecer formação para 74 profissionais da educação do município.

Essa realização do programa FORMACAMPO possibilitou a extensão universitária em diversos municípios da Bahia, contribuindo para o desenvolvimento e a compreensão dos professores sobre o projeto da Educação do Campo e para a melhoria da qualidade da educação. Esse processo enfatiza a necessidade de um olhar atento para as políticas públicas educacionais, buscando uma formação que aponte novos caminhos e distinga a educação do campo da

¹ O Programa Residência Pedagógica é financiado pela Secretaria de Educação Superior da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em conjunto com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Seu objetivo principal é incentivar a formação de professores em nível superior para atuarem na educação básica, articulando teoria e prática.

educação rural. Dessa forma, a práxis pedagógica pode ser amparada por um Projeto Político-Pedagógico (PPP) construído a partir da realidade.

O PPP deve tratar da organização do trabalho pedagógico em uma determinada instituição escolar, abordando princípios como a organização e as relações envolvidas, a prática em sala de aula e a compreensão da realidade social, cultural e econômica. A realidade em que a escola está inserida deve configurar-se no trabalho pedagógico, envolvendo os membros da escola, a família, a comunidade e os funcionários, para que ocorra uma mudança efetiva na realidade.

Levando em consideração a diversidade do campo, a escola deve, além do PPP, ter um currículo que atenda às especificidades do homem do campo, bem como a forma de organização escolar, que em sua maioria é multisseriada, como aponta o quadro 02. Essa é uma questão não apenas presente no município de Laje, mas em todo o campo brasileiro.

Nesse sentido, a Organização do Trabalho Pedagógico (OTP) não deve ser concebida de forma homogênea, pois a escola é um espaço que abarca várias dimensões e especificidades. No que se refere às populações do campo, a OTP deve estar associada às suas realidades e modos de vida. O processo educativo não pode negar os saberes dos sujeitos, mas sim potencializá-los, fortalecendo os conhecimentos dos camponeses associados aos saberes tecnológicos, experiências acumuladas na lida com a terra e a agricultura familiar, bem como os saberes filosóficos, artísticos e científicos.

Pensar a educação para os sujeitos do campo significa envolver toda a realidade da escola em que eles estão inseridos, por meio da organização do trabalho pedagógico, principalmente nas classes multisseriadas, que são uma realidade predominante no campo brasileiro. Essa é uma das formas de garantir a educação no campo, diferente das escolas urbanas, que reúnem os alunos em um único espaço, com professores especializados em disciplinas específicas. As classes multisseriadas são uma organização possível e necessária para atender às especificidades do campo e garantir uma educação de qualidade para os alunos que vivem nessas regiões.

Conclusão

A tomada de posição dos trabalhadores nos movimentos sociais em contraposição ao modelo de educação capitalista tem se configurado cada vez mais como um movimento concreto e relevante no contexto do campo. Essa luta pela Educação do Campo é uma forma de

educação que está intrinsecamente relacionada à vida e realidade dos agricultores, ribeirinhos, quilombolas e outros sujeitos que trabalham e sobrevivem no campo.

Trabalhadores rurais, juntamente com alguns professores e teóricos engajados, têm realizado críticas ao modelo de educação vigente e proposto uma educação crítica baseada em suas próprias realidades. Essa proposta tensiona um novo modelo de educação, onde o sujeito seja capacitado para desenvolver suas ações de forma ativa, buscando a transformação social e humanizada. Nesse sentido, a Educação do Campo tem promovido debates importantes nas esferas Federal, Municipal e Estadual.

A luta pela importância da escola do campo para seus sujeitos ocorre por diversas esferas e tem construído várias alternativas de formação nos movimentos sociais, pautados em sua própria pedagogia. Essa luta também abrange a formação continuada de professores no nível de graduação e especialização, os quais podem contribuir significativamente para a transformação da realidade através dos instrumentos e conhecimentos necessários.

Essa mobilização dos trabalhadores do campo e dos educadores em prol de uma educação crítica, contextualizada e voltada para as necessidades e interesses dos sujeitos rurais é fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. A Educação do Campo tem sido uma ferramenta poderosa na busca por uma educação emancipadora e comprometida com a transformação social e a valorização da vida no campo.

Referências

ARROYO, Miguel. **Diversidade** in CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel; FRIGOTTO, Paulo. 2.ed. Rio de Janeiro expressão popular, 2012.

ARROYO, M. G. Políticas de formação de educadores (as) do campo. Cad. **CEDES**, Campinas, v. 27, n. 72, pág. 157-176, agosto de 2007. DOI: 10.1590/S0101-32622007000200004 Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622007000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 15 out. 2022.

BRASIL, DECRETO Nº 7.352, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2010 **Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária - PRONERA**. Brasília, 4 de novembro de 2010;

Dicionário de Política. 12. ed. Brasília: UnB, 2002.

CERIOLO, P.R.; CALDART, R.S. (org.). **Educação do Campo identidade e políticas públicas**. Brasília Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

CANAM, Soila. **A práxis pedagógica e a formação de professores na escola pública.** (Dissertação) mestrado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Rondonópolis, p. 138. 2015.

CALDART, Roseli. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** Rio de Janeiro, 4.mar./jun.2009.

FREIRE, P.; SHOR, I. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, B. A. Formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, dezembro de 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302010000400016&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 10 de março de 2022. <https://doi.org/10.1590/S0101-73302010000400016>.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. (org.). **Formação de Professores para o Ensino Fundamental: Estudo de Currículos das Licenciaturas em Pedagogia, Língua Portuguesa, Matemática e Ciências Biológicas.** São Paulo: FCC/DPE, 2009

LITTLE, A. **Learning and teaching in multigrade settings:** paper prepared for the UNESCO 2005 EFA Monitoring Report. 2005. Disponível em: . Acesso em: 08 Maio. 2022.

SOUZA, João. **Avanços e retrocessos dos programas educacionais do plano de ações articuladas (par) nas escolas do campo do município de Itagibá-Ba.** Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB. Vitória da Conquista – Bahia 2020.

MOLINA, M. C. Políticas Públicas. In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da educação do campo.** Rio de Janeiro: Editora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio; São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012.

MOURA, Teciana ; SOUZA, Clemilda; SANTOS, Josimario. O PRP e a formação do educador do campo. In PINTO, Polliana (org.) **Saberes e práticas docentes na residência pedagógica da UFRB Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2021.**

LUNA, Alessandra; Rocha, Eliene;. **História e Luta do MSTTR pela construção de políticas públicas de Educação do Campo.** Brasília: Duplingrafica, 2009.

RUA, M. G. Análise de políticas públicas: conceitos básicos. In: RUA, M. G; CARVALHO, M. I. V. (org.). **O estudo da política: tópicos selecionados.** Brasília: Paralelo 15, 1998.

RAMOS, Arlete **Relatório técnico Programa de Formação de Educadores do Campo – FORMACAMPO: educação do campo.** - Vitória da Conquista, 2022. 36p.

SANTOS, Edinéia. **Relatório Técnico do Processo de Elaboração do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PTDRSS: a dimensão da educação do campo do território do vale do Jiquiriçá – Bahia AMARGOSA – BA 201.**

PARENTE, Cláudia. **Escolas Multisseriadas: a experiência internacional e reflexões para o caso brasileiro**. Rio de Janeiro 2014.

SOBRE OS AUTORES:

Igor Tairone Ramos dos Santos. Doutorando em Educação pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista FAPESB. Graduação em Relações Internacionais pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Movimentos Sociais, Diversidade e Educação do Campo e Cidade-GPEMDECC. Contribuição com o texto: autor. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2160918640884254>

Josimário Marques dos Santos. Professor da educação de jovens e adultos na escola Cleonice Barreto Andrade no município de Laje Bahia. Licenciado em Educação do Campo ciências Agrárias pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia e pós Graduado em Gestão de Educação no Campo. Contribuição com o texto: autor. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7195238821982694>

Núbia Santana de Jesus. Possui Graduação em Licenciatura Plena em Educação do Campo pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. Graduação em Tecnologia em Gestão de Organizações e Movimentos Populares de Base. Contribuição com o texto: autora. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1561023820516660>

Como citar este artigo:

SANTOS, Igor Tairone Ramos dos; SANTOS, Josimário Marques dos; JESUS, Núbia Santana de. Escola do campo e formação de professores na perspectiva do programa formação de educadores do campo – FORMACAMPO. O ensino da literatura com recurso a música em contexto de português como l2: uma análise da composição musical do cantor Cláudio Ismael. **Revista Educação em Páginas**, Vitória da Conquista, v. 02, e13391, 2023. DOI: <https://doi.org/10.22481/redupa.v2.13391>